

O SR. MARIO COVAS (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Senadores:

é com certo constrangimento que vou ocupar a tribuna hoje.

Cheguei a esta Casa em 1963, no início de 63, e, à época, uma das coisas que não me passava pela cabeça era que algum dia eu tivesse que subir à tribuna da Câmara, e muito menos a do Senado - eu não pensava àquela altura que algum dia pudesse ser Senador - para ter que tratar de um assunto que me envolvesse pessoalmente.

Confesso até que tinha um certo temor que isso acontecesse.

Eu vinha importando uma série de idéias, trazendo uma série de objetivos, uma série de crenças, uma série de esperanças e me constrangia muito que, em algum instante, em qualquer momento, eu fosse obrigado a trazer à baila temas que me envolvessem, por esta ou aquela razão, e que não fossem mais gerais, fossem particularmente voltados para minha pessoa.

Em duas oportunidades, depois disso, fui obrigado a fazê-lo, e hoje faço pela terceira vez. E o faço pela terceira vez, Sr. Presidente, volto a insistir, com certo constrangimento. Mas, afinal, eu não posso receber determinadas definições, determinadas acusações, de um órgão de comunicação que eu suponho responsável, sem oferecer uma resposta aos meus companheiros de plenário, aos Senadores, pelo respeito que eles me têm. Não tratar do assunto é aceitá-lo.

Até confesso que deixei passar algum tempo para que pudesse tratá-lo já sem a emoção que, afinal, acaba nos comovendo quando se trata desses assuntos de imediato, mas não posso deixar de trazê-lo à baila, Sr. Presidente.

A última que afinal me foi referenciada por uma revista, talvez a de maior circulação deste País, foi quando ela analisava, através de um artigo, as reformas estruturais que o governo pretendia fazer. Consta um quadro com cinco itens e um deles se chama "portos". Em uma coluna diz: "Como é hoje". Em outra: "Como fica". Vem uma terceira coluna que diz: "Quem é a favor". Nesta coluna está escrito: "exportadores e armadores". Finalmente, vem uma quarta coluna, onde está escrito: "Quem é contra - a máfia dos portos, sindicatos e parlamentares que os representam, como Gastone Righi e Mário Covas, ambos de Santos".

A redação é capciosa. No que se refere a mim, eu diria que a maioria das coisas que essa revista já fez sempre foi capciosa. A redação diz: "A máfia dos portos, sindicatos e parlamentares que os representam...". De maneira que, quem lê, fica rigorosamente com a idéia - e o número seguinte pelas "cartas ao leitor" reproduz - com essa impressão de que eu represento o que eles resolveram chamar de máfia dos portos.

Será lícito supor que uma revista tenha em relação a esta figura específica, a este humilde Senador, uma posição preconcebida? Será que não estou vendo chifres em cabeças de cavalos?

Não conhecia a Veja, Sr. Presidente. Ela cresceu ao longo do período ditatorial. Em 1968, quando a empresa começou a ganhar expressão, a ganhar dimensão, a aumentar e se multiplicar, eu já havia sido cassado. Talvez, o primeiro grande contato que tivera com ela tenha sido quando eu já estava, depois de cassado, depois de retomado os meus direitos, nomeado Prefeito da Capital de São Paulo.

Um dia - só conto o fato como curiosidade - fui convidado, enquanto Prefeito, para uma solenidade que a Instituição Editora Abril resolveu fazer ao alugar um horário da Televisão Gazeta e passar a exibir um programa que se chamou "Abril Video".

A partir daí, criou-se, entre outros programas, um que se passou a chamar "O Povo e o Prefeito"; o povo era quem ouvia e o Prefeito era eu. Semanalmente, eu ia àquela emissora e ali, via telefônica ou eventualmente até na rua, fazia meia hora de programa, durante o qual o povo me interpelava sobre as questões de natureza municipal. Durante quatro meses isso ocorreu. Posteriormente, fui convidado pelo velho Civita para participar de um almoço, durante o qual ouvi-o expor, com muita nitidez, muita clareza, com muito empenho, com muita crença - até lhe digo em favor - a idéia de que este País só tinha solução se ele fosse realmente capaz de enfrentar o problema de controle

de natalidade. E uma cidade como São Paulo particularmente apresentava necessidades obrigatórias. Na ocasião, exibiu três ou quatro volumes que tratavam exatamente do assunto controle de natalidade como um instrumental, ferramental disponível, para que pudesse ir ao encontro de uma campanha nessa direção. Disse-lhe que na minha visão pessoal, que afinal refletia a visão de meu Partido, o controle da natalidade era alguma coisa que, para nós, se limitava a planejamento familiar. Em nome da liberdade, nós achávamos que as pessoas tinham direito à informação, que lhes permitia decidir sobre que tipo de família, que quantidade de prole deveriam ter. Mas de qualquer forma que pudesse, de alguma maneira, induzir a esta ou àquela solução era, ao mesmo tempo, uma invasão da liberdade das pessoas e, portanto, ficava fora de nossa visão objetiva do problema.

O almoço terminou e, não sei se por coincidência ou não, uma semana depois o programa "O Povo e o Prefeito" deixou de existir.

Não quero estabelecer nenhuma ligação entre uma coisa e outra, mas, a partir daí, comecei a notar que a minha relação com a revista, enquanto homem público, enquanto político, até enquanto pessoa, era, no mínimo, áspera.

Quando, Sr. Presidente - infelizmente para mim - fui ao Incor e dali já sai depois de operado, a notícia publicada, no dia seguinte, na Veja, dizia, entre outras coisas: "Sua doença evoluiu." (Afirma o médico que o examinou.) "Ele não estava praticando exercícios e voltara a fumar."

A rigor, não há nada demais nessa notícia, mas, certamente, quem teve um enfarte e volta a fumar apresenta um quadro de: "Afinal, por que pretende comandar os outros se não é capaz de comandar a si próprio?"

Isso não tem muita importância. O importante é que eu não voltara a fumar. Minha esposa estava no hospital e leu a revista e, em duas vezes consecutivas, tentou traduzir isso numa entrevista à imprensa, à televisão, tentou traduzir a idéia de que uma revista havia publicado que eu voltara a fumar, mas que isso não era verdade.

A gravação foi refeita três vezes. E, a rigor, não foi ao ar.

Quando eu estava na Liderança da Constituinte, e começou-se a discutir a questão dos quatro ou cinco anos do Governo Sarney, a revista Veja, numa coluna chamada "Radar", na época assinada por dois jornalistas, o Alessandro Porro, e o Etevaldo Dias, que todos conhecem - Etevaldo Dias está hoje no Jornal do Brasil - publicara a seguinte nota: "Luzes da Ribalta para Covas" -

O Senador paulista Mário Covas tem dado lições aos seus colegas do PMDB, na arte conseguir, ao mesmo tempo, pertencer ao Partido do Governo, fazer discurso de oposição, e obter as vantagens de quem está no poder. Mário Covas acaba de ver atendido pelo Decreto nº 90.319, de 12 de maio de 1987, o pedido de concessão de uma rádio AM, na progressista cidade de Santa Bárbara do Oeste, na rica região do interior do Estado de São Paulo, localizada entre Americana e Piracicaba. O Senador aparentemente é admirador de Charles Chaplin, o nome da emissora é Luzes da Ribalta."

O tom cômico, aqui, tem certamente um autor, o atual Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que, à época, era Ministro das Comunicações, que tem um forte comando dentro da Veja, e que, afinal, influi decisivamente para que ocorram tais fatos.

Acontece que não ganhei rádio alguma, Sr. Presidente!. E, para minha sorte, no dia seguinte fui fazer um programa de televisão: "Bom dia São Paulo", e um dos jornalistas imediatamente me exibiu a revista dizendo: "O senhor se diz de oposição e, no entanto, ganhou uma rádio do Governo!" Eu respondi que ainda bem que estava naquele programa, porque podia dizer a São Paulo inteiro e ao Brasil, que provavelmente ouvia aquele programa, que aquilo que o Governo havia me dado, poderia receber de volta, que estava devolvido de público! Se, em algum instante, direta ou indiretamente, de forma remota, através de qualquer testa-de-ferro, o Governo havia me dado a concessão de uma rádio, que a mesma estava devolvida de público, naquele momento.

E, naquele instante, pelo que havia ocorrido, eu me senti,

pela primeira vez, obrigado a subir à tribuna do Congresso para tratar de um assunto que dizia respeito a mim. Fui à tribuna da Câmara, onde se tratava a Constituinte, para contar esta estória. E, contei que, no dia 8 de fevereiro daquele ano, estive, em meu gabinete de Liderança, o Prefeito da cidade de Santa Bárbara e duas outras pessoas. O Prefeito me pediu: "Mário, será que você pode ir comigo ao Ministério das Comunicações? Afinal, temos lá uma concorrência de Santa Bárbara, que já foi realizada há dois anos, já foi julgada, já foi adjudicada, só faltando o Presidente assinar". Eu respondi que para mim isso era algo constrangedor, que o meu Partido estava no Governo, mas eu, Senador por São Paulo, com 8 milhões de votos, só havia entrado, até aquele momento, em 5 Ministérios, e todas as vezes para resolver problema de greve.

Há um Ministro presente aqui, não do Governo Sarney, mas do atual Governo, que pode testemunhar que todas as vezes que fui procurá-lo foi exatamente para resolver problema de greve.

**O SR. ESPERIDIAO AMIN** - Uma vez comigo.

**O SR. MARIO COVAS** - Uma vez com V.Exa.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Com prazer, ouço V.Exa.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** - Faço a interrupção só pela citação imediata e para confirmar plenamente o que V.Exa. acaba de dizer, no que se refere a mim. Tive a honra de recebê-lo algumas vezes no Ministério. V.Exa. sempre foi procurar-me acompanhado de líderes sindicais autênticos, pois que eleitos pelos seus pares, para, através de uma intermediação, chegarmos a uma conclusão que fosse pacífica para as greves que estavam em curso, ora no Porto de Santos - e na maioria das vezes lá - ora em outros casos que sobreexcediam normalmente a sua representação regional, pois o nome de V.Exa. tem dimensão nacional. Quanto ao problema dos portos, por exemplo, é meu dever dizer a esta Casa, que é provável que o ponto de vista que V.Exa. sustenta entre em conflito com algo que, no momento, está sendo objeto de cogitação pelo Congresso Nacional, que é a chamada modificação da Lei dos portos. Foi enviada por nós, em março do ano passado, com o privilégio constitucional do Presidente da República de apreciá-lo em regime de urgência, 45 dias em cada Casa. Foi retirada essa urgência, em grande parte, pela pressão da Câmara dos Deputados - nem foi exatamente de V.Exa. - mas do Deputado Gastone Righi, que era de um partido que apoiava o Governo, pelo menos teoricamente o fazia. As colocações de V.Exa. jamais poderiam merecer uma comparação com defesa da máfia. É evidente que essa questão é algo que V.Exa. reconhece, como eu no Ministério, que precisa ser modificado, porque o mundo evoluiu, as condições de troca evoluíram e, conseqüentemente, é preciso realmente fazer uma modernização dessa política de portos, mas nunca em relação a um tipo de corporativismo mafioso que V.Exa. pudesse estar nele envolvido. É o meu testemunho, que dou com o máximo de agrado.

**O SR. MARIO COVAS** - Fico muito grato a V.Exa. e levo em conta não apenas a natural forma como V.Exa. age, mas, sobretudo, da relação de natureza pessoal que, indiscutivelmente, para honra minha, cultivamos.

Fui ao Ministério das Comunicações acompanhando àquelas pessoas.

Lá cheguei e encontrei o Ministro Antônio Carlos Magalhães, com o processo de baixo do braço, que me disse: "Realmente, há dois anos foi feita a concorrência. Está adjudicada, falta o Presidente assinar. Será, Mário, que você não poderia me mandar um bilhete para que o Presidente soubesse que você tem interesse nisso?"

Ao que lhe respondi: "Não tenho interesse! O interesse que tenho é no fato de que houve uma concorrência, há ganhadores que, aliás, estão aqui, conheci-os agora por intermédio do Prefeito de lá e, portanto, o meu interesse é que se dê curso a uma coisa que já culminou, porque já foi julgada, etc."

"Bem, disse ele, assim ficaria caracterizado o seu interesse."

"O que V.Exa. deseja é que eu diga por escrito aquilo que eu estou dizendo verbalmente. Também não me constrange. Se vim aqui para lhe falar verbalmente, da mesma forma escrevo, faça do cartão o uso que quiser".

Voltei, e realmente pedi à pessoa que escrevesse o cartão. E, muito provavelmente, a partir daí, essa nota saiu, tão logo fiz o meu primeiro programa de televisão, defendendo quatro anos para o Governo Sarney.

Por sorte minha, pude ir a uma emissora de televisão devolver o que não tinha recebido; mas, se o tivesse, estaria à disposição do Governo.

Passou-se um tempo, e as referências a mim, na revista, eram sempre, no mínimo, desagradáveis, desairosas; mas briguei muito na vida por liberdade de imprensa! Eu deveria ter falado isso aqui, ontem, durante a discussão sobre crimes de imprensa, sobre liberdade de imprensa. Isso só teria sentido, e sairia um pouco do plano pessoal, se eu trouxesse uma contribuição pessoal para a discussão de um problema que aqui se tratava.

As referências a mim, a Veja tem todo o direito de fazê-las enquanto elas forem subjetivas. A revista ao limite, Sr. Presidente, publicando uma reportagem extremamente bem feita sobre a guerra do Golfo, em certo trecho, dizer o seguinte:

"Até porque a Síria, o Egito e a Arábia deram a entender que aceitariam o contra-ataque de Israel.

O Rei Hussein, da Jordânia, que é uma espécie de Mario Covas árabe, manteve-se em dúvida na sua reação imediata ao segundo ataque inesperado de Israel".

Confesso, que até mesmo ri perante o que havia sido publicado, porque a revista sabe que, contra o ridículo, não há defesa. Mas, a rigor, o que se fazia era uma longa e séria reportagem sobre um assunto longo e sério, no qual fui inserido como Pilatos no Credo. Só podia haver uma razão para incluir o meu nome ali, na medida em que fosse feito de forma depreciativa. Ainda assim, respeito perfeitamente que a revista o faça, é direito dela ter a meu respeito a posição que quiser. Mas não passou muito tempo, Sr. Presidente, e esta casa votou aqui a Lei de Informática. Ai a revista, que já havia escrito dois artigos - Rainha da Sucata I e Rainha da Sucata II - escreveu Rainha da Sucata III, em que diz o seguinte:

"Só veto de Collor pode salvar a Lei de Informática. Agora somente o poder de veto do Presidente Collor pode salvar (...). A lei a que o Senado deu forma final ainda deixa nas mãos do CONIN, órgão controlado pela ABICOMP, a decisão sobre quais empresas devem receber incentivos do Governo. Multinacionais e empresas nacionais já instaladas no País estão satisfeitas com o texto, mas ele é danoso para os consumidores, pois mantém obstáculos à chegada ao mercado de um número maior de empresas novas que queiram se instalar no País."

Aí vem:

"No apagar das luzes, o Senador Mario Covas, monitorado pela ABICOMP - que todos sabem que é a empresa que trata de computadores - ainda tentou prorrogar a reserva de mercado até o ano 2000, mas sua manobra fora desativada. Covas, porém, em outra emenda, também ditada pelo lobby da indústria, conseguiu que as isenções de IPI previstas na lei revertessem em benefício das empresas e não dos consumidores finais."

Em seguida, vem uma fotografia muito sugestiva, porque é uma fotografia minha assinando um cheque.

Neste instante não resisti. Entendi que isso era notícia e não opinião a meu respeito. Não há a menor dúvida de que a empresa pode me incluir como um indeciso, num lugar onde eu não tenho nada a ver com a história; mas ela não tem o direito de dar uma informação ao leitor fraudando-o na verdade. Eu sei o prejuízo que isso me causou.

E, aí, porque se tratava de uma notícia não verdadeira, passei a mão no telefone e, pela primeira vez, telefonei para o dono da empresa e lhe disse:

"O senhor tem feito, a meu respeito, algumas referências que evidentemente me agradam pouco. Mas não vou reclamar disto, é um direito seu. Briguei muito por liberdade de imprensa para, neste instante, poder reclamar disto, mas o senhor acaba de dar uma informação que não tem sentido nem respaldo na

verdade. Sua revista publicou que eu apresentei uma emenda, prorrogando a reserva de mercado até o ano 2000. Isso não é verdadeiro. Quero dizer mais: sua revista publicou uma fotografia minha assinando um cheque e começa por dizer que fui monitorado pela entidade de classe. Eu quero lembrar ao senhor que foi no meu gabinete de Líder da Constituinte que se negociou uma emenda, pela qual, na Constituição, passou a valer que os que tinham mais de 10 anos de naturalização poderiam ser donos de meios de comunicação também. O primeiro parecer da Comissão de Comunicação era no sentido de que só brasileiros natos poderiam sê-lo. Em nenhum instante, precisei ser monitorado pelo senhor. Aliás, o senhor nem falou comigo, provavelmente porque soubesse que, se eu não concordasse, não adiantaria falar, e que, se eu concordasse, seria absolutamente desnecessário falar. De forma que eu não preciso de monitoramento nenhum. Eu cometo meus erros sozinho. Só que esse eu não cometi. Eu não apresentei nenhuma emenda nessa direção."

Recebi, então, essa pergunta curiosa: "Mas o senhor tem certeza de que não apresentou?" Respondi: "Até posso dizer que tenho certeza de que não apresentei." Ele perguntou: "Então, o que o senhor quer que eu faça?" Eu disse: "Não quero que o senhor faça nada. Estou dizendo ao senhor, que é proprietário de um meio de comunicação, que a sua revista disse uma coisa que não é verdade. O que o senhor vai fazer é problema seu, não é meu. Imagino que quem tem compromisso com a verdade é o senhor e não eu. Eu tenho o meu compromisso. Quando falo na tribuna, respondo pelo que digo. Estou dizendo ao senhor que não apresentei e isso é facilmente verificável."

Eu sabia que ia pagar um preço por isso. Foi a primeira vez, depois de todos esses acontecimentos, que tomei a iniciativa de fazer isso. Sabia que iria pagar um preço.

Há três ou quatro semanas, eu estava neste plenário, numa quinta-feira como hoje, e ia pegar o avião das 18 horas. Quando eu já estava no corredor, saindo do plenário, após uma votação - não me lembro qual foi - um jornalista da revista Veja se aproximou de mim, pela primeira vez desde a Constituinte, e disse que gostaria de me entrevistar. Respondi: "Isto é muita honra para mim, só que agora estou indo pegar o avião; daqui a cinco minutos, tenho que estar no aeroporto." Ele disse: "Não tem importância, faço a entrevista com o senhor na semana que vem". - "O que o senhor quer saber?", perguntei-lhe. Ele respondeu: "Gostaria de falar com o senhor sobre porto." Imediatamente, comecei a dar risada e disse-lhe: "Bem, vocês já arrumaram todos que são a favor, agora precisam do cristo que é contra. Tudo bem, não tem importância. Não tenho nenhuma dúvida em lhe dar a entrevista."

Isto aconteceu numa quinta-feira. No domingo, este número da revista Veja apresenta uma reportagem, enumerando aqueles que são contra a reforma dos portos: "a máfia dos portos, sindicatos e parlamentares que os representam, como Gastone Righi e Mario Covas, ambos de Santos."

Confesso que nem vi imediatamente isso. Em geral, a família esconde essas coisas da gente, às vezes até os amigos, porque sabem que essas coisas machucam. De forma que se leva um tempo para se tomar conhecimento. Na semana subsequente, regresssei a Brasília e estranhei não receber a visita da pessoa que se propunha me fazer a entrevista.

No domingo seguinte, saiu esta reportagem intitulada "A máfia da estiva", trazendo uma série de problemas ligados aos portos, que vou deixar para analisar no dia em que o projeto chegar ao Congresso. Há muita coisa certa e há uma montanha de coisas erradas, há uma série de preconceitos, há uma porção de coisas a serem modificadas. Mas esse assunto não pode ser tratado assim, reduzindo a personalidade alheia a retalhos, que, afinal, não servem nem para a lata do lixo.

Ao final da reportagem, falam da "bancada do cais", apresentando fundamentalmente dois grandes protetores no Congresso: Gastone Righi e Mário Covas. Ela até me deixa numa posição meio desagradável: o Gastone Righi é fervoroso e eu sou discreto, ou seja, sou aquele que faz o jogo sujo por trás da cerca, sem botar a cara para bater, indeciso, como se diz.

Sr. Presidente, V.Exa. não tem idéia do que isso significou em matéria de repercussão. A revista Veja da semana seguinte traz três cartas. Uma diz assim:

"A Máfia da Estiva. É impressionante o absolutismo e o corporativismo dos portos brasileiros; e é triste confirmar que Deputados e Senadores lutem apenas pelos seus interesses."

A outra diz assim:

"Imaginar que um homem como Mário Covas teve um dia a pretensão de ser presidente do Brasil! Os eleitores certamente não apostaram no atraso e na corrupção."

A terceira pelo menos serviu para honrar um companheiro meu, Fernando Henrique Cardoso:

"A entrevista com Fernando Henrique Cardoso (páginas amarelas, 20 de maio) expõe diferenças de postura que talvez expliquem as crises existenciais que devastam o PSDB. Enquanto um de seus Senadores dá mostras inequívocas de grandeza e patriotismo, o outro revela-se como despachante da preguiça portuária no Congresso Nacional".

Nesse dia fui a Americana, cidade do interior de São Paulo, e um cidadão de lá, um homem sério - desde logo proclamo que deva ser - na primeira página do jornal, fez um editorial enorme, no qual assinou o nome e pôs o endereço embaixo! Portanto, não é nenhum anônimo, mas alguém que, com seriedade, se manifesta, dizendo:

"Eu pensava que o senhor fosse sério, o senhor que vem hoje à cidade. Votei no senhor. Imaginei que o senhor não fizesse parte desse negócio, mas, quando o vejo ligado à máfia, como posso acreditar no senhor, que vem hoje à minha cidade?"

Faço um programa de televisão nas sextas-feiras em São Paulo. No último, o pobre do apresentador - o homem que fica fazendo o círculo - não teve coragem de transmitir a pergunta de uma senhora que dizia que antes acreditava muito em mim e lamentava que eu estivesse envolvido com a máfia do porto.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, olho para trás, em minha vida política, e não encontro razões para isso. Sempre escolhi os meus caminhos. Cheguei aqui, e veio a ditadura. Posicionei-me face a ela com altivez, com grandeza. Fui cassado, e me mantive no País. Não saí daqui, voltei a atividade. Fui nomeado Prefeito de São Paulo, fui eleito Senador, fui Líder na Constituinte, e moro hoje no apartamento em que morava antes de ser eleito, o que causa certa estranheza - não sei se para a Veja - para os meus vizinhos.

Acudiu-me à cabeça a necessidade de falar sobre esse assunto, quando votamos o projeto da lei de imprensa, ontem. Se amanhã a revista a quem estou processando fosse condenada a me pagar alguma coisa, de que me valeria isso? Quantos cruzeiros vale a minha honra? Que ressarcimento de natureza pecuniária ela poderia ter-me dado, de tal maneira que pagasse essas "penas de pato" que já jogou à Nação e que são impossíveis de serem recolhidas?

Quando eu não existir mais, e o meu neto estiver na escola, alguém vai perguntar para ele: - O teu avô quem é? Aquele da história da máfia. É a repetição do caso do motorista de praça, que foi devolver o dinheiro que achou dentro do carro, e que, algum tempo depois, alguém fazendo a ele uma referência na imprensa, disse: - Quem é? Aquele que esteve envolvido no negócio do dinheiro achado?

Sr. Presidente, eu não sei o que faço! Mas eu olho para trás, e fico me perguntando o que fiz por merecer. Que me deem um tratamento de natureza subjetiva, que discordem do que eu sou, que me entendam pouco claro, indeciso, pouco afeito às necessidades de uma vida política... Mas, Sr. Presidente, eu, certamente, não fico atrás em indecência e em indignidade como o dono desta revista. Eu havia até pensado em dizer algumas coisas pesadas, e eu sei que, no futuro, vou me arrepender por não tê-las dito, pois já me aconteceu isso antes. Mas, às vezes, há certos silêncios que acabam sendo mais dignos. Por que isso Sr. Presidente? Eu tenho elementos, e vou discutir esse tema com razão ou sem razão, para serem aceitos ou não, com o respeito que o processo democrático merece, que é o jogo de consentimentos intelectuais, a partir dos quais se busca um caminho comum. E por causa disso você é

apresentado como representante da máfia - se é que a máfia existe. Ainda que houvesse, o que credencia uma revista a qualificá-lo como tal?

Vou discutir isso, Sr. Presidente, porque a reação que tive ao ler isso foi até o talo, até o fundo, no exame dos dados. E já agora tenho convicções a respeito dos dados pertinentes ao tema, que até ontem não tinha. E quando esse assunto chegar à minha Casa, ao Senado, vou discutir.

A minha sala, Sr. Presidente, é um ponto de referência de várias áreas sindicais, de várias federações. E pouca gente fala com essa gente como eu falo. Pouca gente lhes diz verdades como eu digo. Não lhes paquero sequer voto. É algo que já dispensei hoje. Não tenho mesmo objetivos de natureza eleitoral futuros. Nem isso faço. Mas se tivesse que paquerar, paquerá-los-ia e não à revista Veja; se tivesse que render homenagem, à luta desses homens e não a este tipo de primarismo marrom, que é capaz de escrever tais coisas, é capaz de dizer que você ganhou uma emissora de rádio - no instante em que ganhar uma rádio era algo profundamente deprimente - que você adotou determinadas posições, quando não fez isso...

E quando você corre o risco de avisar, pela primeira vez, supondo até que, eventualmente, está dando uma informação, você sabe, como sei hoje, que este discurso não ficará de graça, mas terá conseqüências. Sei que outras coisas virão. Não sei de que natureza, mas sei que outras coisas virão.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, não faço esse discurso nem pela Veja nem por mim, faço este discurso, primeiro, pelo respeito que tenho às pessoas com quem convivo aqui dentro; e faço este discurso por quase 8 milhões de pessoas que me trouxeram a esta Casa.

Não vai chegar a eles o eco do que eu estou dizendo. O artigo da Veja chega, mas a minha resposta não vai chegar. O que provavelmente chegará, também, será a conseqüência das minhas respostas e isso só vale para uma coisa; era a pergunta que eu me fazia ontem na hora de votar: dinheiro me resgata isso? O pagamento de uma penalidade pecuniária resgata isso? Não. Só uma coisa resgataria isso: é se ouvisse alguém um dia, menos do resgatar a indignidade que contra mim cometeu eu - essa é irresgatável - fosse capaz de pagar por um crime que cometeu. Isso, nós já não podemos fazer. Se isso fosse dito na rua por alguém, ele poderia ir para a cadeia, dito numa revista o mesmo não se dá.

Não sei se está certo ou errado. É provável que para certas pessoas - e certamente para a Veja é assim - o custo do dinheiro seja um ônus maior do que o peso de uma acusação sem provas. Mas, a rigor, para cada um de nós, vítimas desse tipo de coisa, considero insignificante, Sr. Presidente. Eu não sou nada em função da tese. Nunca ninguém, por uma coisa dessa, me tira do caminho da sustentação da liberdade de imprensa; isto é um princípio muito mais valioso do que o ônus do mau uso.

Mas seguramente, Sr. Presidente, fico me perguntando: Isso se paga com dinheiro? Isso se resgata com algumas notas, como se fosse possível comprar de mim o direito de me agredir? Eu fiquei muito tentado a não votar o projeto tal como está. Parece-me mais razoável a pena poder ser aplicada e o Juiz se omitir do que nós legisladores, eliminarmos a possibilidade de ser ela aplicada. Mas, quem sabe, há um pouco de indústria na minha atitude. Sr. Presidente, nem sei se estarei aqui ainda, mas sei que outro golpe virá. Lembro-me de que, às vésperas da Constituinte, eu repetia com extrema freqüência, em todos os programas de televisão a que ia, que o maior problema da Constituinte seria garantir o controle democrático dos meios de comunicação. A liberdade de imprensa é um direito do leitor, não do dono da imprensa, não do dono do jornal, nem mesmo do jornalista. O conteúdo odioso de que é portadora a censura é que impede o leitor de conhecer a verdade; o conteúdo odioso da mentira é que induz o leitor a pensar diferente.

Sr. Presidente, essas coisas começam e não se sabe como terminam. Afinal, os Companheiros terão o direito de perguntar: e por que temos que ouvir isso? Porque é possível tirar-se daqui o nome do Senador Mario Covas e pensar-se que isso ainda é - e vai continuar sendo - algo passível de acontecer, e que, com absoluta tranqüilidade, se resgata com trinta moedas de cobre.

Estaremos certos, Sr. Presidente?

**O SR. CID SABOIA DE CARVALHO** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Ouço V.Exa. com prazer.

**O SR. CID SABOIA DE CARVALHO** - Senador Mario Covas, o discurso de V.Exa. tem um sentido muito mais amplo do que possa parecer. Quero começar o meu aparte com uma posição diante do indagatório de V.Exa.. Qual o valor pecuniário de sua honra? É evidente que o reparo da honra é praticamente impossível e o seu discurso é nesse sentido, porque se baseia exatamente nisso. Não há como repará-la, principalmente na lei atual. Não se há de repará-la, também, com o projeto de lei que votamos ontem, se for transformado realmente em diploma legal. Mas a pena pecuniária, Senador Mario Covas, prevista no projeto, não é para pagar a honra, e sim para desestimular as pessoas que, profissionalmente, se acostumam a atacar a dignidade, a boa fama, a honra, a personalidade de alguém sem o devido fundamento. Há de convir V.Exa. que é rentável essa atividade, porque se não fora, não teriam chegado a V.Exa., depois de passarem por tantas e tantas outras personalidades. E eu digo isso exatamente baseado na vida de V.Exa., o que significa dizer que a fila para as agressões já não deve estar tão rica assim, já que V.Exa. é daqueles que menos dão razão para ser agredido quanto à sua honra e quanto à dignidade. Mas tanto se agride, tanto se fere a honra e a dignidade do cidadão neste País que já chegou a vez de V.Exa. Agora, quero dar um testemunho. Fui seu companheiro na Assembléia Nacional Constituinte e, com muito pesar, convivi naquela Assembléia com os problemas de então, do nosso partido, quando V.Exa. o deixou. Quero dizer que foi uma mágoa para nós do PMDB, o que significa afirmar que a conduta do Senador Mario Covas como Líder do PMDB foi a mais irrepreensível possível, sob o ponto de vista de nosso partido, do nosso grémio. Estávamos juntos naquela ocasião e a sua saída foi, antes de mais nada, um desfalque moral para o nosso partido porque perdíamos uma das pessoas mais ímpolutas e mais valorosas no trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. V.Exa. tem dado mostras, nesta Casa, da grandeza do seu espírito e, hoje, quando se defende, se compararmos a sua defesa com sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte, veremos que o defensor da liberdade de imprensa em nada mudou, mesmo depois das feridas no corpo, na alma e no espírito. Significa isso dar o testemunho de que a dignidade de V.Exa., da Constituinte até aqui, apenas se reforçou, e se acresceu, tornou-se maior, e mais notável ainda, pelo desempenho de V.Exa. na campanha para a Presidência da República, quando o País todo pôde contemplar a sua dignidade no início da campanha, nos meados da campanha, no final da campanha e a dignidade mais acentuada após sua derrota. A dignidade dos derrotados é mais difícil de ser mantida, principalmente na apreciação dos vencedores e nisso V.Exa. conduziu-se de modo extraordinário. Nem falo em outras campanhas, porque não foram do domínio público nacional, campanhas do seu Estado, campanhas mais íntimas na sua cidade, e isto aqui nem quero a tanto me reportar, neste exato momento. Nesta Casa, a sua palavra é cada vez mais digna e sua imagem, em nada se afetou. Os perigos de haver afetação, de haver uma ferida contra a sua imagem, devem ser lá fora onde as pessoas mantêm uma certa distância com o Senador Mario Covas; mas aqui, no calor do nosso trabalho, na proximidade da nossa luta, é evidente, Senador Mario Covas, que, para feri-lo, há de se alcançar algo que seja verdadeiro, não apenas imputar-se, do modo mais leve, mais fácil, e cobrir a sua personalidade de nódoas desejadas por pessoas inimigas, e não sabemos por que essas pessoas desejam maculá-lo. Quero louvar, do seu discurso, o respeito à liberdade de imprensa. Sei que sua mágoa, no momento, é muito grande e muito justificada. Acredito que, no futuro, já que há um mercado de calúnia, injúria e difamação, será o espírito dessa nova lei que há de coibir o abuso contra a personalidade alheia, porque isso será mais caro do que atingir-se essa dignidade. É exatamente esse o sentido da nova lei. Parabéns a V.Exa. pelas considerações que faz sobre a liberdade de imprensa, por se manter intocado em seus sonhos de liberdade. O Mario Covas de hoje é o mesmo que se prejudicou na carreira política dos momentos da ditadura, é o mesmo Mário Covas dos ideais do PMDB, o mesmo Mário Covas dos ideais fundadores do PSDB, é uma pessoa intocada, que fala, neste momento, na tribuna do Senado Federal. Quero



prestar a V.Exa., em nome da Liderança do PMDB, pela qual falo, a inteira solidariedade do Partido que foi de V.Exa. e que somente teve orgulho diante de sua presença e muito motivo de tristeza no dia em que nos deixou. Muito obrigado.

**O SR. MARIO COVAS** - Agradeço muito a V.Exa. e gostaria de acrescentar apenas que V.Exa. salienta que a lei foi feita exatamente para desestimular atitudes de agressão. Se um cidadão me atropelar na rua, seja ele jornalista ou não, ele vai preso. Se ele me der um tiro, vai preso. Se ele me matar, vai preso. Se ele me tirar a honra, ele não vai preso? Ele resgata isso com cruzeiros? Isso é alguma coisa que foge à minha compreensão..

Acho até bom não ter podido dar essa má contribuição ontem. Apresentaria uma crítica ao que foi aprovado e que resultou a média do sentimento coletivo, mas fico sempre me perguntando se há certos valores que têm contrapartida pecuniária, se há certas coisas que podem ser medidas do ponto de vista do valor financeiro, se há certas coisas que não transcendem, que estão acima, que não estão inalcançáveis em relação a essa coisa que se chama vil metal e que, afinal, acaba sendo o responsável por tanta desgraça na história humana.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** - V.Exa. permite um aparte?

**O SR. RONAN TITO** - Coloque-me na fila também, nobre Senador, para apartear-lo.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE** - Também estou na fila.

**O SR. MARIO COVAS** - Ouço o nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** - Senador Mário Covas, em algumas ocasiões posso ter tido divergências de V.Exa., mas não me recordava de todas as passagens, não as conhecia em detalhes e nunca tinha reparado que houvesse por parte da revista Veja este contínuo, por vezes dissimulado, por vezes aberto, meio de expressar-se sempre de maneira chocante em relação a V.Exa. Quando li essas referências, na semana passada, estranhei muito o teor da carta comparando o Senador Fernando Henrique Cardoso ao Senador Mário Covas, de forma que, para mim, foi chocante, inadequada, pois coloco ambos no melhor nível de honradez; eu os conheço bem, pelo menos considero-me, por ser de São Paulo, um Senador que conhece bastante bem a vida pública de V.Exa. bem como a do Senador Fernando Henrique Cardoso. Coloco a minha expressão de estranheza quanto à maneira que a revista Veja vem tratando sistematicamente um Senador que agiu e tomou decisões de natureza política sempre pautado, e aqui dou meu testemunho, pela seriedade, pela vontade de chegar a um bom senso, a um discernimento, mesmo nas vezes em que discordei de V.Exa.; Com respeito a questão do porto de Santos, uma ou duas vezes acompanhei V.Exa., bem como outros parlamentares, durante a greve dos trabalhadores daquele porto, para falar com o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. E, vi, ali, V.Exa. tratando de algo que era do interesse de uma das mais importantes cidades do Estado de São Paulo. Algo que estava afetando a vida dos trabalhadores do Porto de Santos, dos comerciantes, dos comerciantes, enfim, a vida da cidade inteira. Sempre observei V.Exa. dialogando sobre a melhor maneira de resolver racionalmente os problemas daquele porto, e avalio que é totalmente inadequada a expressão com que qualificaram V.Exa. com respeito a este tema. Neste caso, expresso a minha solidariedade a V.Exa.

**O SR. MARIO COVAS** - Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. RONAN TITO** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Pois não nobre Senador.

**O SR. RONAN TITO** - Nobre Senador Mário Covas, pretendo ser sucinto, porque muitos são aqueles que desejam, tenho certeza, solidarizar-se com V.Exa. Todos aqui já fomos atingidos por essa imprensa acima do bem e do mal, porque, quando não se tem uma lei para pautar, dentro de uma sociedade organizada, as atitudes de qualquer um dos segmentos, esse segmento fica acima do bem e do mal. Lembro-me, cada vez que surge um desses acharques - e estou vendo aqui o Senador Nelson Wedekin - quando eu era Líder do PMDB e S.Exa., vice-Líder; daquela operação desmonte do Presidente José Sarney, havia uma portaria, a de nº619, do Ministério do Trabalho, que dava às empresas o direito de fornecer alimentação para os empregados e deduzir as despesas,

finalmente, do Imposto de Renda. Fui Secretário do Trabalho e, num período de crise enorme, a minha cidade, Belo Horizonte, tinha 12,5% de desempregados; passei a apelar para que todas as empresas usassem daquela portaria. Naquele momento, vivíamos outra crise, aliás o Brasil vive de crise em crise, e eu, no gabinete da Liderança, com uma série de afazeres, pedi ao Senador Nelson Wedekin que fosse até lá e não deixasse que essa portaria fosse retirada, porque ela era o amparo do trabalhador, pelo menos, a garantia da alimentação do trabalhador na hora do sofrimento maior. Quando o Senador Nelson Wedekin retornou, disse-me: "Senador, não havia quorum; pedi verificação, mas de nada adiantou." Sabe qual foi a versão da imprensa? Os Senadores Nelson Wedekin e Ronan Tito pediram verificação de quorum porque havia uma matéria em pauta, naquele dia, para diminuir os salários dos parlamentares. Patranha da patranha, mentira deslavada. Não existia isso na pauta, veja V.Exa.; indignado, não tanto por mim, mas pelo Senador Nelson Wedekin, liguei para o jornal, Jornal do Brasil, e falei com o diretor: "Pelo amor de Deus, tenho os avulsos, posso remetê-los ao Senhor". Disse-me ele: "Vou mandar um diretor para falar com o senhor aí". Esse diretor não chegou até hoje em meu gabinete, tenho a impressão que ele se perdeu. Mas, sabe V.Exa. o que aconteceu quando o Senador Nelson Wedekin estava disputando as eleições em Santa Catarina? Reeditaram a patranha, a mentira, o engodo. V.Exa. ter neste momento a nossa solidariedade, é muito pouco; digo a V.Exa. que estão reeditando o que fizeram no Nazismo. A Imprensa brasileira, de maneira geral, está reeditando o que se fez no Nazismo.

Goebbels, o grande mestre da comunicação, disse: "Conte uma mentira, repita-a, repita-a mil vezes; depois, ninguém será capaz de apartá-la da verdade mais cristalina". Goebbels fez escola no Brasil. Essa revista a que V.Exa. se refere, sem dúvida nenhuma, é uma das alunas mais primorosas. Só para lembrar - a máfia existe na Itália - e o sobrenome do Diretor dessa revista é Civita. Minhas solidariedades a V.Exa.

**O SR. MARIO COVAS** - Muito obrigado, nobre Senador Ronan Tito.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Ouço o aparte do nobre Senador.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** - Senador Mario Covas, ouvia do meu gabinete o quanto posso ouvir, perturbado com conversas incessantes, com pessoas que estavam aprazadas, o discurso de V.Exa. Estava na angústia de poder aqui subir as escadas - antes de viajar, porque viajo hoje - para dar-lhe uma palavra. A solidariedade entre nós é desnecessária, somos irmãos. Mas, uma palavra mais forte do que isso. Penso que V.Exa. deu uma longa explicação, e a nenhum de nós precisaria explicar nada, absolutamente nada, porque temos acompanhado a sua vida - eu, então, nem se fala - de muito perto. E, qualquer aleivosia que saia na imprensa a seu respeito absolutamente não tem qualquer efeito sobre nós. Porém, V.Exa. tem razão; tem efeito sobre outros que não o conhecem tão de perto, portanto, precisa não só de uma repulsa, como está a demonstrar, como também da palavra de seus companheiros - não para avalizar, porque não é necessário, mas por sentirem-se, eles também, ofendidos. Todos nós já tivemos, em momentos diferentes da nossa vida, algumas dificuldades. V.Exa., que acompanhou toda a minha vida política, sabe o quanto já penei. Só Deus sabe para falar o número de sofrimentos. Para não falar de invencionices de outra ordem, mais graves até do que simplesmente questões de crença, que são perfeitamente respeitáveis. Isso tudo marca, eu sei que marca. E marca muito, além do que imaginamos. E o desmentido não resolve, porque este vai ser lido, às vezes, por outros. E quando vem uma campanha eleitoral, mesmo que tenha havido o desmentido, a afirmação primitiva vem a lume. Certa vez, escrevi uma notinha na Folha chamada "Da Infâmia na Política", porque eu tinha sido vítima de tantas infâmias que julguei melhor explicar sociologicamente. Para eu não ficar abalado psicologicamente, passei para o plano que me é mais familiar, o sociológico, para mostrar que a infâmia é um instrumento usual na política, e sempre o foi. Mas isso não diminui a dor que cada um sente quando é ofendido na sua dignidade, nos seus melhores sentimentos. Especificamente, no caso relativo aos portos, fui até citado em outro momento como em contraposição a V.Exa. Porque

V.Exa. sabe que não dei nenhuma opinião sobre portos, porque não entendo de porto. E, quando vier a dar a minha opinião, certamente vou ouvir as suas ponderações. Pode não ser a mesma, mas de uma coisa V.Exa. sabe, e todos têm certeza: se der opinião diferente é porque tenho uma convicção diferente, por um argumento que me convenceu, e vice-versa; e não pela razão de que, de longe, eu pudesse suspeitar daquilo que nem mesmo é insinuado, ou dito: que a opinião de V.Exa. estaria estribada em interesses menores. Eu até ousaria dizer que ninguém, no país, acredita que o Senador Mario Covas defenda tal ou qual coisa por um interesse menor. Pode pensar que a defende porque encasquetou numa certa direção, ou porque tem argumentos que o levam a isso; ou porque, às vezes, as questões não são cara e coroa, não são tão claras assim e, legitimamente, uns têm uma opinião, outros têm outra; porém, jamais por uma questão menor, por uma questão subalterna. Estou externando esse ponto de vista, já conversamos a respeito da matéria, simplesmente para que fique registrado nos Anais do Senado e para que o País saiba - se é que o Senado fala ao país - que a minha solidariedade é integral e que falo pela bancada do PSDB. Cada um dos Senadores do PSDB, naturalmente, poderá externar essa opinião - até nem falaria somente pela bancada, pois creio que todo o Senado pensa isso. O Senado é testemunha do que tem sido a vida política de V.Exa., Senador Mario Covas, o desassombro com que defende posições, às vezes, difíceis. Eu o vi, tantas vezes, na Constituinte, defender posições difíceis que não eram sequer as de V.Exa., mas que haviam sido consideradas como as melhores por um conjunto de pessoas às quais estava relacionado e que, naturalmente, eram também aceitas, até certo ponto, por V.Exa. Tantas vezes V.Exa. foi à tribuna defender as posições as mais ingratas eleitoralmente, e defendeu-as com tanto denodo que não teria nenhum sentido imaginar-se que, agora, a posição de V.Exa., Senador Mario Covas, nessa ou naquela questão, seja por razões eleitorais. Nobre Senador, embora termine dizendo como comecei, que V.Exa. não tem o que nos explicar, entendo o porquê das suas explicações, mais do que das suas explicações, do seu protesto, e me solidarizo com V.Exa.

**O SR. MARIO COVAS** - Agradeço muito ao Senador Fernando Henrique Cardoso. S.Exa. sabe quão importante é a sua contribuição pessoal, neste momento, e já o disse, somos irmãos. Tive o privilégio e a honra de acompanhá-lo desde o primeiro instante em que a vida acadêmica o emprestou para a política. Para mim é motivo de muita honra poder receber um aparte de S.Exa. e a sua solidariedade, porque, menos do que solidariedade, é a reafirmação de uma convicção de vida em comum.

**O SR. PEDRO SIMOM** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. PEDRO SIMOM** - V.Exa. não se preocupe, Senador, porque todo o Senado lhe pedirá aparte.

**O SR. MARIO COVAS** - Vejo sentado aqui, na planície, o Presidente. De forma que acho que S.Exa. tem prioridade. Perdoem-me.

**O SR. MAURO BENEVIDES** - Nobre Senador Mario Covas, vim realmente ao plenário, neste instante, para que pudesse apartear V.Exa. e levar-lhe a solidariedade, não apenas dos Senadores que aqui estão e que já expressaram apoio, o desagravo a V.Exa., mas, sobretudo, daqueles nossos companheiros que, não estando em plenário neste momento, far-me-iam, certamente, o intérprete dessa solidariedade que agora a Casa toda empresta a V.Exa. Eu, pessoalmente, o conheço desde quando ainda jovem Deputado e eu Deputado Estadual, iniciando toda essa trajetória que me fez chegar ao convívio do Senado Federal e à sua posição maior. Naquele momento era o grande Martins Rodrigues que fazia a aproximação entre mim e V.Exa.; num dos instantes, V.Exa. liderava um pequeno partido do cenário da vida partidária brasileira. Logo em seguida, cresceu uma admiração, e recorde daquele 16 de janeiro de 1969, quando V.Exa. teve o mandato cassado, suspensos os seus direitos políticos sem qualquer explicação. E, muito mais que o seu Estado, a Nação profligava aquela decisão que o atingiu tão implacavelmente. Posteriormente, V.Exa. exerceu com a maior proficiência e dignidade a prefeitura paulistana. Tivemos seguidos contactos naquela convivência que nos uniu por dois anos na Capital do grande Estado bandeirante. Veio a eleição de 1986, e V.Exa., guindado a esta Casa por aquela extraordinária votação de 8

milhões de votos, permitiu que convivêssemos no Congresso ordinário e na Assembléia Nacional Constituinte. Recordo, certa vez, integrantes que éramos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que se esboçava na nossa Bancada uma disputa em torno da liderança. Àqueles segmentos do meu Partido, aos quais estava mais vinculado por uma tradição de luta de tantos anos, posicionavam-se em favor de um outro colega, igualmente digno, nobre e capaz de exercer a liderança. Mas tive, naquela ocasião, e o Senador Cid Sabóia de Carvalho é testemunha desse fato, a coragem de dizer que o meu voto, como Constituinte integrante do PMDB, era para garantir a liderança a V.Exa. num dos momentos mais difíceis da Constituinte. O nosso Partido, que era reconhecidamente majoritário, teria à frente dos Srs. Senadores e Deputados um homem que pudesse defender as teses peemedebistas e, sobretudo, os anseios maiores do povo brasileiro. Recordo esse fato para dizer neste instante, que toda a trajetória de V.Exa. foi acompanhada de perto por mim, no passado e no presente e, ao ocupar o microfone na tarde de hoje, sem em permitir quaisquer considerações em torno da Lei de Imprensa, que ontem votamos e que, naturalmente, será aprimorada pela Casa revisora que, no caso, será a Câmara dos Deputados, estou aqui para dizer a V.Exa. que não prevalecerão essas críticas injustas, esses apodos, essas diatribes, porque pairará sempre, acima de tudo, a dignidade e a honradez de V.Exa. Interpreto, neste instante, nobre Senador Mario Covas, o pensamento do Senado Federal e, sobretudo, daqueles colegas que, não estando presentes, teriam em mim um intérprete desse sentimento de apoio e de solidariedade a V.Exa.

**O SR. ESPERIDIAO AMIM** - Senador Mario Covas, V. Exa. me concede um aparte, dentre tantos, na condição de cedente?

**O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella)** - Sr. Senador Mario Covas, peço a V. Exa. uma interrupção, por alguns minutos, enquanto faço uma rápida comunicação em nome da Mesa.

**O SR. MARIO COVAS** - Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella)** - A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18hs30min., destinada à apreciação das Mensagens nº 203 e 206, de 1992, relativas à escolha de autoridades.

A Presidência encarece aos Srs. Senadores que estejam presentes ao plenário, tendo em vista que a votação é secreta, pelo processo nominal.

Obrigado a V.Exa., Senador Mario Covas, que continua com a palavra.

**O SR. EPITACIO CAFETEIRA** - Sr. Senador Mario Covas, inscreva o Maranhão, por gentileza, na relação das pessoas que querem dizer alguma coisa.

**O SR. MARIO COVAS** - Muito grato a V. Exa.

**O SR. ESPERIDIAO AMIM** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Concedo o aparte ao nobre Senador Esperidião Amin, com muito prazer.

**O SR. ESPERIDIAO AMIM** - Serei muito breve, Senador Mario Covas. Invoquei apenas a condição de poder concedente porque fiz a permuta de horário com V.Exa. Só quero registrar, além da minha solidariedade, o fato de que, certamente, a essência do problema que motivou especialmente as últimas agressões por V.Exa. aqui lembradas, que é a questão do projeto dos portos. Esse acontecimento vai permitir, sem dúvida alguma, que todos nós aprendemos com V.Exa., conforme recebi a recomendação de um homem que, hoje exercendo o cargo de Vice-Governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis, de que deste assunto V.Exa. entende. E, talvez, Senador Mario Covas, seja o temor desse conhecimento que V.Exa. tem de um assunto tão complexo, o fundo, a raiz dessas agressões feitas a V.Exa., repelimos e, por isso mesmo, recebe neste momento a nossa solidariedade.

**O SR. MARIO COVAS** - Obrigado a V.Exa.

**O SR. ALFREDO CAMPOS** - Peço para atropelar os colegas que estão inscritos na frente, porque viajo em poucos instantes e não posso deixar de dar meu aparte. Senador Mario Covas, Minas Gerais não tem porto e acho que não tem máfia também, por isso não conheço nada sobre máfia nem sobre porto, mas conheço o Senador Mario Covas. E, por

conhecê-lo, digo-lhe que V.Exa. tem a minha integral solidariedade.

**O SR. MARIO COVAS** - Obrigado.

**O SR. JOSÉ RICHÁ** - Senador, permite um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Pois não.

**O SR. JOSÉ RICHÁ** - Senador Mario Covas, o Senador Fernando Henrique Cardoso já falou em nome da Bancada, mas não poderia deixar de dar o meu depoimento e a minha solidariedade pessoal, reforçando o que o nobre colega expressou muito bem em nome de todos. É que cheguei aqui e vejo poucos, neste instante, que tenham junto com V.Exa. chegado a este Parlamento há exatos 30 anos. Já bem antes militava politicamente, desde os bancos escolares e, portanto, ao longo desta já bastante extensa vida política, conheci muita gente séria. Graças a Deus, considero a maioria dos políticos brasileiros pessoas sérias. Mas, entre tanta gente séria que conheci ao longo de minha vida, militando na política, não conheci ninguém mais sério, decente e honrado do que V.Exa. E digo isto não porque convivi na política tantos anos com V.Exa., mas porque também conheço a sua vida particular, a sua vida pessoal, familiar e, sob todos os ângulos em que se observe, a figura de Mario Covas é digna do maior respeito, da maior admiração por tantas virtudes que acumula. A imprensa e o parlamento praticamente têm algum tipo de vínculo, porque só existe imprensa livre e só existe parlamento aberto quando há democracia. E, por isso, sempre tive consciência de que parlamento e imprensa têm que, no mínimo, procurar pontos em comum de colaboração, porque depende desse bom entendimento o fortalecimento das instituições que vimos defendendo ardorosamente, eu, pelo menos, desde que era estudante; e quantas vezes o fizemos com riscos pessoais? Quando nos opusemos à ditadura, quando sempre nos opusemos a qualquer forma de arranhão às instituições democráticas. Assim, quando vejo um órgão de imprensa cometer uma injustiça, publicar uma mentira a respeito de um cidadão honrado como V.Exa., podemos ter certeza que essa mentira não deixou de sangrar um pouquinho o Legislativo. E não deixou também de arranhar a própria imprensa, porque as instituições, num instante como este, acabam ficando um pouco feridas também. Certamente, quem redigiu essa matéria para a revista, estampando uma mentira tão contundente, capaz de produzir tamanha ferida em V.Exa., em mim e em todos nós, porque acho que fomos um pouco ou bastante feridos por isso, estava em um momento de profunda inconsciência do que estava fazendo. Por isso, Senador Mario Covas, repito o que o Senador Ronan Tito disse, afirmando a V.Exa. que estou solidário e que sinto também muita dor pelo que lhe aconteceu. Penso que é pouco, porque ninguém mais do que V.Exa. sente a dor de uma mentira dita por um órgão de tamanha divulgação neste País. Já pudemos perceber, nas edições seguintes, por algumas cartas de leitores e pelos relatos de V.Exa., que, realmente, não há reparo para essa injustiça cometida contra V.Exa. Mas eu, que o conheço bem, sei do seu espírito público, seu amor à democracia, seu desejo de ajudar o Brasil a ser um País melhor e sei também que V. Exa. não vai se deixar abalar na sua honrada vida pública por uma atitude impensada, inconsciente e até infame como essa que o atingiu.

**O SR. MARIO COVAS** - Agradeço muito a V. Exa., Senador José Richá.

**O SR. ALMIR GABRIEL** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Com prazer, Senador.

**O SR. ALMIR GABRIEL** - Senador Mario Covas, mais do que as nossas consciências, o travesseiro de V.Exa. é testemunha, com certeza, de toda a sua vida, toda a sua postura, a sua correção, a sua ética, toda a sinceridade que V.Exa. dá a sua vida pessoal, familiar e pública. É claro que esse travesseiro, na hora em que V.Exa. nele encosta a cabeça, deve fazer-lhe algumas perguntas: se tem valido a pena, todo esse tempo, manter essa honradez, essa seriedade, esse amor à Pátria. É claro que esse fato não atingiu somente a V.Exa., diria que também o Congresso. Todos os homens que são atingidos pela imprensa todas as vezes que alguns profissionais bem pagos, com salários, muitas vezes, aviltados, fazem matérias que respondem a outras coisas que não à verdade. Quando isso é colocado na contabilidade da nossa emoção vemos que coisas menores, até mesmo repugnantes, são trazidas para a sociedade e atingem pessoas, cuja vida foi comprometida com causas muito maiores,

como a de V.Exa., empenhada com a liberdade, com a democracia, com a possibilidade de melhorar a vida dos mais carentes, dos mais necessitados. V.Exa. nunca escondeu os seus pontos de vista até que foi atingido pela ditadura, pela assim chamada Revolução de 64. Logo, V.Exa. é exemplar para o Congresso Nacional, para a sociedade, para os homens de bem deste País. Não sei se falaria em solidariedade e em que palavras. Sei dizer que, como amigo, estamos juntos. Tenha V.Exa. certeza absoluta de que, infelizmente, esses meses ainda são espinhos a serem vividos pelos políticos e pelos homens de bem deste País.

**O SR. MARIO COVAS** - Obrigado, Senador Almir Gabriel.

**O SR. BENI VERAS** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Ouço V.Exa. com prazer.

**O SR. BENI VERAS** - Senador Mario Covas, entrei para a política através do PSDB. Aquela altura, já tinha - e continuo tendo - grande afeição por V.Exa. Nós do Ceará, estávamos examinando a possibilidade de entrarmos para a política e nos dedicarmos à população daquele Estado. Convidamos V.Exa. a ir em Fortaleza. Conversamos e a impressão que nos ficou foi a de que V.Exa. tinha um sentimento verdadeiro que transmitia a todas as pessoas de sua convivência, como os Srs. João Jaguaribe e José Carneiro. em pleno meio-dia, sol a pino, V.Exa. tinha sempre o mesmo discurso, um discurso verdadeiro, jamais foi flagrado dizendo conveniências para agradar. Foi essa sua posição sincera e franca que fez com que imaginássemos, àquela altura - sabedores de que a campanha de V.Exa. estava perdida - que era melhor perder ao seu lado de outros que se apresentavam naquela hora. Ainda hoje temos esta impressão: estar ao seu lado, agir como V.Exa., com a dignidade, firmeza, lealdade e lhanza que lhe caracterizam, vale a pena para ganhar ou para perder. Essa convicção mantemos firme até hoje e continuamos a ter em V.Exa. o paradigma do bom comportamento que deve honrar a vida política brasileira.

**O SR. MARIO COVAS** - Obrigado, Senador Beni Veras.

**O SR. JOSÉ EDUARDO** - Senador Mario Covas, V.Exa. me permite um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Com muita honra, Senador José Eduardo, ouço V.Exa.

**O SR. JOSÉ EDUARDO** - Em apenas um ano e meio de convivência nesta Casa, já aprendi a admirá-lo, pelo comportamento ético e altamente patriótico que V.Exa. tem demonstrado no desempenho de sua ação parlamentar. Algumas vezes discordamos por questões de julgamento, dada a formação de cada um, o que apenas fortalece a prática da democracia no nosso País. Mas, assim como V.Exa., nesses últimos dez anos, tenho sido vítima de insinuações por parte de alguns órgãos da imprensa nacional, inseridas em algumas colunas ou no meio de grandes matérias. Isso nos revolta pela indignidade de que somos vítimas, pela prática desse tipo de ação que apenas procura causar-nos um prejuízo moral, marcar-nos com uma pecha que não é verdadeira, que não corresponde ao nosso caráter, à nossa formação, nem mesmo com relação à prática do nosso trabalho no dia-a-dia, que é de preocupação com a comunidade em que vivemos. Procuram, muitas vezes, colocar-nos como algozes da comunidade, quando, ao contrário, também somos vítimas de uma ação maior. Queria, então, enfatizar a observação feita pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, quando S.Exa. coloca a questão em uma ordem sociológica maior e mais ampla, de que esse fato justamente transcende a pessoa de V.Exa. e desse órgão de imprensa; insere-se num contexto muito maior que merece a atenção desta Casa. Diria que essa deterioração da moral, do caráter do povo brasileiro a que estamos assistindo na televisão, pela denúncia de que a maioria das pessoas pactuariam com a desonestidade, com ações até criminosas, precisa ser revertida. Vivemos em uma sociedade onde todos querem levar vantagem em tudo, onde prevalece a famigerada "Lei de Gerson", onde o escrúpulo foi jogado na lata do lixo. Repito, é preciso uma ação maior para reverter esse quadro. Tenho conversado muito com os donos dos principais meios de comunicação e observei que há uma visão mercantilista de que precisam vender, nem que para isso seja preciso praticar certas ações. Esses fatos se inserem no contexto de levar vantagem em tudo a qualquer preço, até mesmo à custa da honra de outras pessoas. E não será com ações isoladas que modificaremos esse quadro.

Aproveito esta oportunidade para expressar a minha maneira de ver a questão e, talvez, juntos, possamos encontrar alguma solução para o problema, que é nacional e não apenas pessoal ou de um veículo de comunicação. Trata-se de um problema muito mais amplo que, cada vez, vem deteriorando mais a moral e o caráter de nosso povo. Há uma máxima, que não é mais lembrada, que diz: "se bandidos soubessem como é mais vantajoso ser honesto, eles seriam honestos para ter mais vantagem". É preciso, de alguma maneira, restabelecemos as normas de boa convivência, da solidariedade e da verdade nos atos e fatos da nossa vida do dia-a-dia. Solidarizo-me com V.Exa.

**O SR. MARIO COVAS** - Muito obrigado.

**O SR. VALMIR CAMPELO** - Permite-me V.Exa. um aparte, nobre Senador Mario Covas?

**O SR. MARIO COVAS** - Concedo a palavra a V.Exa.

**O SR. VALMIR CAMPELO** - V.Exa. foi ferido intimamente pela mágoa, pela dor, pela calúnia, pela difamação. Nesta tarde, porém, V.Exa. deve-se sentir espiritualmente confortado, pelo apoio, não somente de alguns Senadores, mas também do Brasil inteiro, através dos Estados que aqui representamos. Reconhecemos em V.Exa. a expressão da verdade, um homem digno, o político acreditado, superior até mesmo a siglas e cores partidárias. V.Exa., nobre Senador Mario Covas, representa o que há de bom na política brasileira. Orgulho-me muito de ser seu admirador, de acreditar no seu trabalho e, sobretudo, naquilo que V.Exa. representa para o seu Estado e para nosso País. Estou com V.Exa.

**O SR. MARIO COVAS** - Muito obrigado.

**O SR. NEY MARANHÃO** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Pois não, Senador Ney Maranhão.

**O SR. NEY MARANHÃO** - Senador Mario Covas, em nome da Liderança do Governo, não poderia deixar de me associar a essa solidariedade que o Senado da República apresenta a V.Exa. Olhando o busto do grande Senador pela Bahia, Rui Barbosa, lembro-me de umas palavras que se enquadram perfeitamente neste momento em que a honra pessoal de V.Exa. foi atacada. O grande Rui dizia: "De tanto triunfarem as nulidades, de tanto agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem se esquece da honra e tem vergonha de ser honesto". Nessas palavras, Senador Mario Covas, enquadram-se exatamente o dono da revista Veja, o Sr. Roberto Civita, que tem provocado um mal muito grande a este País. Não culpo o corpo da redação da revista, porque a responsabilidade é desse diretor, dono de uma revista que é um canal formador de opinião no Brasil. S.Exa. deveria ter cuidado ao permitir a publicação de reportagens dessa natureza, pensando duas vezes para não atacar homens de bem, de respeito, um estadista como V.Exa. O Senador Cid Sabóia de Carvalho, líder do PMDB, verberou daquela tribuna, defendendo a honra pessoal da Primeira Dama do País, que a revista também tentou desmoralizar. Tive ocasião de verberar a sua atuação e disse umas palavras meio duras contra esse gringo. Agora mesmo, S.Sa. deveria ter pensado duas vezes antes de publicar aquela reportagem. S.Sa. deveria verificar se existia realmente consistência nas palavras irresponsáveis pronunciadas por um cidadão, cujo nome não vou citar, antes de divulgá-las com estardalhaço, faturando milhões de cruzeiros. Vem, agora, essa reportagem dos portos, em que cita o Senador Mario Covas como homem de máfia. A máfia pertence esse cidadão. Nas palavras de Rui se enquadram muito bem homens como esse, que representa uma revista que, infelizmente, tem peso na opinião deste país. Não haverá prejuízo ao Senador Mario Covas, um homem que todo Brasil conhece pela sua honradez, de quem tenho orgulho de ser amigo. Tivemos nossos direitos políticos cassados no mesmo período. Senador Mario Covas, V.Exa. fala com seus concidadãos olhando nos olhos, porque não deve nada a ninguém. Mas outras pessoas, que não têm a oportunidade de ter uma tribuna do Senado e de ser um homem como V.Exa., ficam marcadas para o resto da vida. Esse cidadão tem que levar uma lição. E cabe a nós, do Poder Legislativo, corrigir essa falha, para que não se repita, Senador, o que está acontecendo agora: o ataque a honra pessoal de um homem como V.Exa. Em nome da liderança do Governo e como seu amigo pessoal, estou aqui para prestar-lhe a minha solidariedade.

**O SR. JOAO CALMON** - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. MARIO COVAS - Pois não, nobre Senador.

O SR. JOAO CALMON - Sinto profundo orgulho de ser seu colega no Senado da República. V.Exa. foi, é, e continuará a ser sempre uma fonte inesgotável de inspiração para todos nós.

O SR. MARIO COVAS - Muito obrigado.

O SR. NELSON WEDEKIN - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. MARIO COVAS - Concedo o aparte ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN - Falo neste momento em meu nome, em nome dos Senadores Mauricio Corrêa e Magno Bacelar e do Governador Leonel Brizola, para ser também solidário com V.Exa. O Senador Fernando Henrique Cardoso colocou as coisas nos seus devidos termos. V.Exa. não tem explicação nenhuma a dar a quem lhe conhece, a quem conhece a sua vida, a sua biografia. Mas considero importante que lhe dirijamos esta palavra de solidariedade irrestrita, integral, contra a seqüência de ataques e agressões mentirosas, subjetivas, contra algo que parece ser quase uma perseguição. V.Exa. é um dos parlamentares mais lúcidos desta Casa, um democrata na acção verdadeira da palavra. Nesses tempos em que patriotismo é um sentimento fora de moda, V.Exa. é um patriota, pelo seu grande interesse pelas coisas de nosso País. V.Exa. é um Parlamentar de elevado espirito público. Ao contrário do que se costuma afirmar, principalmente na grande mídia, V.Exa. é um dos homens públicos e um dos políticos mais decididos que conheço. Todas essas qualidades que V.Exa. tem, que não são poucas, merecem neste momento a nossa solidariedade. Há uma diferença enorme entre homens públicos e cidadãos como Mario Covas e certas pessoas pertencentes à elites de nosso País, das quais a revista Veja é, de algum modo, a expressão. Essas elites são profundamente autoritárias. Há um conteúdo bastante autoritário, tanto nesta última reportagem como nas demais que fazem referência a V.Exa. Essas elites, certas e determinadas, também são profundamente inescrupulosas, no sentido de que não há nenhum escrúpulo em fazer gratuitamente uma seqüência de ataques como essa revista fez a V.Exa. Essas elites são, por igual, aristocratas, preconceituosas em relação ao povo, ao homem comum, ao trabalhador, o que é bem a expressão da última reportagem que li com muita atenção. V.Exa. disse bem quando fez a sua exposição inicial. Há alguma coisa na reportagem que é verdadeira, há certamente distorções e vícios que precisam ser corrigidos. Mas o conjunto da reportagem é um conjunto de afirmações preconceituosas, falaciosas, de quem não convive, de quem, sequer, visitou um Sindicato de Estivadores para ver, ou a parede, ou o rodizio. Senão, não diriam o que dizem desses trabalhadores portuários, às vezes classificados como "marajás" e, agora, classificados como "máfia", que é outro viés terrível da imprensa brasileira, o mais recente. Não se combatem mais as idéias, não se formulam mais alternativas para uma situação qualquer como a dos portos, ou mesmo a informática. Vão para cima dos que defendem certo tipo de idéia para ofendê-los, degradá-los, diminuir-los, como fizeram com o Deputado Luiz Henrique, quando o classificaram como a "Rainha da Sucata", ou como agora, com os trabalhadores dos portos, chamando-os de "máfia".

Por todas essas razões e pelas diferenças que existem entre o homem público, o Parlamentar de biografia política irrepreensível, que é o Senador Mario Covas, e essas elites, neste caso claramente representadas e expressadas pela revista Veja e seus proprietários, tenha a nossa mais irrestrita e integral solidariedade.

O SR. MARIO COVAS - Muito obrigado, Senador Nelson Wedekin.

O SR. JUTAHY MAGALHAES - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. MARIO COVAS - Concedo o aparte ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHAES - Senador Mario Covas, antes de chegar ao Senado, já o admirava, o respeitava pela sua vida como Parlamentar, moço ainda, afastado do Parlamento. Todos nós achamos que com o decorrer do tempo vamos criando uma couraça para não sermos atingidos por essas pedras que nos lançam. Mas quando chega o momento, vemos que a couraça não é muito forte; nós nos sentimos atingidos. V.Exa. se sente atingido, mas tanto os seus colegas, que o conhecem, como a quase totalidade da população brasileira não aceitam uma crítica desse tipo. Esse não é um



ato inconseqüente, não é uma atitude de momento, a seqüência dos fatos mostra que V.Exa. está atingindo algum interesse. Pela sua importância, pela sua respeitabilidade, pela sua liderança, alguém teme a sua ação parlamentar. Mas a sua dignidade não pode ser colocada em questão. Essa pedra que lançaram contra V.Exa. ricocheteou e deve ter voltado para quem a lançou. V.Exa. está muito acima de qualquer um que queira atingi-lo. Tenho a satisfação de dizer que o respeito, que o admiro, e esses sentimentos crescem cada vez mais com a convivência que tenho com V.Exa. Para mim, V.Exa. é uma liderança que temos que seguir, porque não é somente um intelectual, um homem que sabe falar, que faz bons discursos, bons pronunciamentos. V.Exa. diz a verdade, diz o que pensa, não engana ninguém, e gosto muito das pessoas que não enganam ninguém. Por isso mesmo, muitas vezes essas pessoas são atingidas. Pela convivência desses últimos dias, sei que V.Exa. estava magoado; sei que injúrias que foram lançadas o magoaram. Mas isso não deveria nem ter acontecido, porque o respeito que V.Exa. está a merecer do Senado, como merece a população, não pode permitir que V.Exa. se magoe. Tenha a certeza da nossa solidariedade, da confiança que todos nós temos em V.Exa., que cresce cada dia mais.

**O SR. MARIO COVAS** - Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JOSÉ PAULO BISOL** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Com prazer, ouço V.Exa.

**O SR. JOSÉ PAULO BISOL** - Senador Mario Covas, ouvindo V.Exa. hoje à tarde, senti uma profunda tristeza. E numa simples e superficial análise do que V.Exa. dizia, percebi que a essência do pronunciamento de V.Exa. estava fora da dimensão política. V.Exa. fez um pronunciamento triste; expressou tristeza, desencanto, desânimo. Por detrás das palavras de V.Exa. há uma clara, lúcida consciência de que V.Exa. vai levar para casa todas essas solidariedades que está ouvindo num cesto, sabendo que elas não servem para nada. Quando era estudante de Direito, a minha inclinação pessoal era mais para Filosofia do Direito do que para o Direito Positivo, então era levado, com poucos companheiros, a questionar de uma forma não-habitual, e dentre os questionamentos que fazia do Direito, estava esse, que V.Exa. vai perceber que se afeiçoa ao que estamos discutindo aqui hoje: o furto, dizia, no Código Penal é punido com um mínimo de 1 ano de reclusão; e a calúnia, a injúria e a difamação são punidas com 3 meses de detenção. E eu questionava o professor, de que, eticamente, a propriedade material é mais valiosa do que a personalidade, isto é, a propriedade de si mesmo, a propriedade do seu sentido, da sua significação humana e social? Mas está no Código! Senador Mario Covas, está no Código! Para o furto de um lápis, de uma galinha, de uma jóia, do que for, a punição começa com um ano de reclusão. E a ofensa à sua dignidade, Senador Mario Covas, um homem que pela simples convivência sentimos que é naturalmente honesto! Desculpe-me a linguagem que uso, mas V.Exa. cheira à honestidade! Os lingüistas dizem que "o estilo é o homem". Mas quando nos colocamos em relação a V.Exa., a primeira coisa que fica estabelecida automaticamente, afetivamente, sentimentalmente, é a percepção de que V.Exa. é um homem honesto. Quer dizer, se cheira isso, se sente isso, não é preciso fazer um raciocínio. Há outras pessoas que precisam provar a honestidade. V.Exa. não precisa; é uma questão de personalidade o tipo de pessoa que V.Exa. é. Outros defeitos poderão encontrar, mas nesta dimensão é preciso ser ignorante para não perceber. A sua honra vale menos que seu terno. A sua dignidade, Senador, vale menos que o seu relógio, do ponto de vista penal. E V.Exa. ouviu comigo, aqui, discursos que considero demagógicos; e V.Exa., inclusive no seu discurso, a meu ver desnecessariamente, menciona, coloca essa questão da liberdade de imprensa. Isso é demagógico, Senador! É como a liberdade de viver. O primeiro fundamento, inclusive o primeiro suposto ontológico do Direito é a liberdade, é claro. Somos livres, mas não podemos matar; somos livres, mas não podemos furtar; somos livres, mas não podemos ferir. É ou não é verdade? Que história é essa de liberdade de imprensa? A liberdade é do ser humano! Será que uma filosofia, por estar superada, não deixou nenhuma lição para nós? E refiro-me ao existencialismo. O existencialismo nos ensinou, dentre outras coisas, algo que considero

insuperável: que não existe a liberdade, não existe essa liberdade como bandeira drapejando aos ventos; não existe essa liberdade como um hino, sendo cantado; o que existe é a pessoa de cada um, livre para se comportar, é a liberdade concreta de cada um, de nervos, de sangue, de inquietação, de sonhos, de realidade, de dureza, de trabalho. A liberdade é a própria pessoa, Senador! Por que falar em liberdade disso, em liberdade daquilo? É a sua liberdade que me interessa! E nós fazemos essas demagogias e elas são tão impregnantes que elas atingem pessoas como V.Exa. De repente, V.Exa. faz um discurso demonstrando que não foi uma notícia - e eu considero esse detalhe importante - foram diversos lances, em momentos diferentes; foi um processo de difamação, de destruição da pessoa humana. E V.Exa. fez um discurso de tristeza, porque o discurso de V.Exa. é o testemunho de uma debilidade humana, que se torna mais evidente numa cultura débil como é a brasileira; e V.Exa. ainda faz o entre parênteses de que é o defensor da liberdade de imprensa! Não precisa, nobre Senador, não precisa! Sou um Senador inconveniente, é o que se diz de mim nos corredores! Vou ser mais uma vez inconveniente: nós somos fracos! Na hora da solidariedade, todo mundo está aqui. V.Exa. vai levar para casa a cesta da solidariedade do Senado. Mas vai mudar? Na hora de votação de uma lei está todo mundo pensando na reeleição. Na hora de votação de uma lei pergunta-se: mas, está a OAB por trás disso? Há a federação dos jornalistas, e não sei o quê? E a lei que se votou ontem teve menos pronunciamentos do que são agora feitos sobre a tristeza de V.Exa. Que beleza! Será que não estamos alienados? Será que o seu relógio vale menos que a sua dignidade? Será que é ser contra, a liberdade dos homens e a da imprensa incluídas na liberdade dos homens? Ser duro contra o crime de calúnia, com o crime de injúria, com o crime de difamação, com o crime de destruição moral de uma pessoa que é uma forma de assassinato. Ah! Senadores generosos. Quero colocar na cesta a minha solidariedade. Sei que para nada. Acho melhor tomarmos consciência e legislarmos mais adequadamente. Acho melhor tomarmos consciência e nos submetemos menos às pressões de grupos. Acho melhor avaliarmos se o relógio vale mais do que a nossa honra. Acho melhor nos corrigirmos em vez de nos lamentarmos. Platão que tinha um temperamento autoritário, distinguia entre juízo enunciativo de um principio científico, opinião e palpite. Entre um mero palpite, que é o que está na revista, se não é pior, se não é má-fé; é um mero palpite dentro de um jogo de interesse, porque a reportagem expressa um interesse político. Qualquer diagnóstico revela, lendo-se essas reportagens, que há uma visão, uma concepção sobre a política dos portos. E não é preciso ser um imbecil para saber que existe mais de uma concepção política sobre portos. É ou não verdade? E que diversas concepções sobre portos são honradamente defensáveis. É ou não verdade? Então o primeiro defeito é o de que a revista tem uma das posições e a coloca como se fosse sagrada e única. Mas ela é tudo isso, explicitamente, porque nada impede, porque o relógio vale mais que sua honra. Acho que votamos, ontem, uma lei ruim. Foi difícil para mim dizer isso. Senti-me um pouco isolado. Fui para casa triste. Porque não personalizo as coisas; sou inconveniente mesmo porque lido com as idéias. Se discordo das idéias, digo e pronto. Fizemos aqui o discurso de que a lei era de defesa da liberdade de Imprensa. Digo: Não é verdade! Digo porque é uma evidência que não é verdade. Quando faço um Código Penal e digo: matar alguém. Pena é a 20 anos. O que eu estou fazendo? Qual é a objetividade jurídica? Estou defendendo a vida! É ou não verdade? E quando digo: calúnia. Pena Cr\$20.000,00. O que estou fazendo? Estou defendendo a honra com este valor?! Com é a 20 anos num caso e com Cr\$20.000,00 no outro caso, ou hum ou dez milhões. E o giro da retórica demagógica transforma essas coisas que não significam nada! E votamos por inércia, porque nem havia número suficiente para votarmos aqui. Pergunto-me: Bisol, para! Não reclama, não pede mais verificação de quorum - esse é o jogo. Ajusta-te ao jogo; afeiçoa-te! O Senado é assim; o Congresso brasileiro é assim. Para Bisol, acomoda-te! Depois disso nos levantamos, reclamamos, fazemos um discurso de mágoa e tristeza, mas tudo irá continuar assim. Legislar é difícil, viver não é - se me permite uma digressão em cima do poema de Fernando Pessoa. Nós conseguimos viver, mas o meu testemunho, a minha experiência no

Parlamento é de que não conseguimos legislar. Aqui, as leis mais importantes são jogadas para o lado. Por exemplo, a Lei da Democratização dos Meios de Comunicação Social ou a Lei de Tratamento dos Doentes Mentais que está em andamento. Vai vencer o espírito corporativo brasileiro, eliminando a possibilidade de um avanço. Está na cara! Estou falando antes de acontecer. Eu sei que vai acontecer. Como é que sei? Como é que posso ter essa certeza e quem é que põe em dúvida a minha certeza? O que vigora aqui são interesses grupais, corporativos. Somos uma sociedade corporativa e este Congresso é uma expressão da corporatividade da sociedade. E não querem que falemos mal de nós? Têm que falar. O mal é que falam das pessoas que são boas, quando, na verdade, é a instituição que não responde adequadamente àquilo que se poderia esperar dela. Não adianta fazermos o discurso de que isso aqui é a síntese da democracia. Nós funcionamos mal! É preciso ter muita má-fé para não testemunhar o mau comportamento do Congresso brasileiro, o modo pelo qual produz leis, o absurdo de uma votação como a de ontem com dez Senadores dentro da Casa. Vou calar? Cala Bisol, não seja inconveniente. Você é um chato, você incomoda. Mas qual é, meu Deus do Céu, o meu sentido? O que eu estou fazendo aqui? Posso fazer um discurso, por dia, contra a corrupção e verificar nos jornais do Rio Grande de Sul se a notícia foi publicada para depois me reeleger. Desculpe pelo tamanho de minha intervenção, mas é que não sendo amigo de V.Exa., tendo um conhecimento, uma relação superficial com o nobre Senador, cada vez que chego perto, desde a primeira, sinto que V.Exa. é honesto, é bom e sincero. Não adianta, Senador, não adianta; não é sendo bom, honesto e sincero que vamos resolver. Precisamos resolver isso com personalidade e coragem, que começa pela consciência de que como instituição funcionamos muito mal. Ontem demos um exemplo disso.

**O SR. MARIO COVAS** - Muito obrigado, Senador José Paulo Bisol.

**O SR. CHAGAS RODRIGUES** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Ouço V.Exa. com prazer.

**O SR. CHAGAS RODRIGUES** - Nobre Senador Mario Covas, V.Exa. já recebeu a solidariedade de nossa bancada do PSDB, através do Líder Fernando Henrique Cardoso, e de vários colegas correligionários aqui presentes. E já recebeu a solidariedade do Senado pela palavra, também autorizada, do nosso Presidente Mauro Benevides. E todos os Srs. Senadores aqui estão levando a V.Exa. uma palavra de admiração, de estima e de solidariedade. Permita que eu rapidamente me pronuncie. Em nome dos meus amigos e do meu povo do Estado do Piauí, V.Exa., nobre Senador Mario Covas, é considerado por esta Nação um homem honrado; nenhum homem de bem tem dúvidas quanto a isso. Mas, não é só um homem honrado, é um dos mais ilustres e eminentes homens públicos deste País. A Nação se orgulha de ter um homem como V.Exa. E poucos países hoje no mundo podem se envaidecer de possuir um homem da têmpera, da coragem, da coerência, da dignidade e do espírito público de V.Exa.

**O SR. MARIO COVAS** - Obrigado, Senador.

**O SR. CHAGAS RODRIGUES** - Eu, nobre Senador, tive o privilégio de estar ao lado de V.Exa. no MDB, na Câmara dos Deputados; tive o privilégio de estar ao lado de V.Exa. no mesmo partido, no PMDB; tive o privilégio de continuar ao lado de V.Exa., mais uma vez no Partido, hoje no PSDB. Para mim isso foi um privilégio que eu, como diziam os Senadores no Senado Romano, devo aos deuses celestiais. Permita-me dizer, concluir, que uma das maiores condecorações de minha modesta vida pública, foi ter sido cassado pelo AI-5, quando era Vice-Líder do Líder Mario Covas, que foi também atingido pelo mesmo AI-5, na mesma época. Esta é uma das maiores condecorações da minha vida e quero legá-la aos meus filhos e netos.

**O SR. MARIO COVAS** - Muito obrigado.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. MARIO COVAS** - Com muito prazer, nobre Senador Josaphat Marinho.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** - Nobre Senador Mario Covas, conheço-o dos incertos dias do regime militar, estivemos juntos na mesma trincheira: cassaram-lhe o mandato, mas não conseguiram cassar-lhe a idoneidade. Fique tranqüilo que a sua postura parlamentar e pessoal continua íntegra e inatingida. Nas palavras de apreço à sua atitude

quero apenas realçar a grandeza de sua posição; sentindo-se ferido não renega o respeito à liberdade de expressão e de crítica, declara, desta tribuna, que continua a respeitá-la. Assim continue V.Exa.; é o seu dever de homem público a que corresponde também a função de educador.

**O SR. ENÉAS FARIA** - Permite V.Exa. um aparte, nobre Senador?

**O SR. MARIO COVAS** - Concedo o aparte a V.Exa.

**O SR. ENÉAS FARIA** - Senador Mario Covas, vimos a Casa toda se manifestar e um a um os microfones de aparte foram sendo baixados. Imaginei que pudesse ser o último a juntar-me ao tributo de respeito que o Senado da República presta a V.Exa. Com toda a certeza não é isso; a Pátria das pessoas de bem fará ecoar por todos os rincões deste Brasil o mesmo tributo de respeito a V.Exa. O Brasil inteiro conhece sua vida de honradez, dignidade, seriedade, honestidade de princípios e de postura. Maior que os apartes e os discursos é o exercício vivo que V.Exa. faz dessas virtudes. Cada vez, Senador Mario Covas, que um justo é vergastado pela infâmia é a nacionalidade inteira que se vê chibateada na sua honra.

**O SR. MARIO COVAS** - Muito obrigado a V.Exa.

**O SR. MANSUETO DE LAVOR** - Permite V.Exa. um aparte, nobre Senador?

**O SR. MARIO COVAS** - Concedo o aparte a V.Exa.

**O SR. MANSUETO DE LAVOR** - Em nome de nossa Bancada já se expressou o Líder Cid Sabóia de Carvalho e muito bem. Mas, queria só relembrar que quando V.Exa. apresentava seu nome para ser Líder da antiga e ampla Bancada do PMDB na assembléia Nacional Constituinte, num monumental e decisivo discurso, a certa altura, perguntava V.Exa.: "Afim, que culpa tenho eu de ter nascido em São Paulo?" Relembro aqui esse episódio e digo: "Que culpa tem V.Exa. de ter o povo de Santos a seu lado e, entre eles, com certeza, os portuários?" Entre isso e inferir que V.Exa. está solidário ou apoiando a máfia dos portos há realmente uma distância igual a que separa a verdade da mentira. Por tudo isso, quero dizer que subscrevo os apartes de solidariedade e sei que não é isso que vai arranhar a sua imagem exemplar como homem, como pessoa humana e como homem público. Aceite a minha solidariedade, minha amizade, minha admiração e meu aplauso.

**O SR. MARIO COVAS** - Muito obrigado.

**O SR. RONALDO ARAGÃO** - Permite V.Exa. um aparte? (O Sr. Presidente faz soar a campainha)

**O SR. MARIO COVAS** - Sr. Presidente, solicito a compreensão de V.Exa. no sentido de que possa conceder o último aparte.

Concedo o aparte a V.Exa., nobre Senador Ronaldo Aragão.

**O SR. RONALDO ARAGÃO** - Ratifico as considerações e os apartes de todos os Senadores desta Casa. Não quero aduzir mais nada, apenas transmitir a V.Exa. a minha solidariedade.

**O SR. MARIO COVAS** - Sr. Presidente, certamente não era a minha intenção, por mais que isso me desvança, e sou tão humano como qualquer outro, provocar gestos tão significativos e tão candentes de solidariedade.

Realmente, disse o Senador José Paulo Bisol, eu carrego um cesto de solidariedade, mas, ao contrário do que ele pensa, acho que isso tem uma dimensão, menos pelo que possa significar para mim mas muito mais pelo que possa significar para o acontecido.

Vamos chegando a uma idade, depois de longos anos de vida pública, de enormes passagens, afinal distantes de profunda comoção em que as coisas vão se endurecendo na gente e, ao mesmo tempo, os sentimentos vão chegando mais à flor da pele, já não é possível resistir a certas coisas com a mesma facilidade. Mas, se eu puder transmitir algo que imagino profundamente verdadeiro, aos meus companheiros desta Casa, é que houve uma razão básica para eu fazer esse discurso. Certamente não foi a primeira vez que insinuações, embora nem sempre deste teor, tenham sido destinadas a mim, em colunas e em jornais. Tenho para mim o privilégio de nunca ter reclamado junto ao jornal ou a algum jornalista alguma coisa que tenha dito a meu respeito. A primeira vez que fiz, o fiz porque o leitor estava recebendo uma informação mentirosa.

Mas, há algo que me trouxe a essa tribuna hoje e que, afinal, representa, digamos, o restante de energia armazenada na vida que nos

permite fazer política. É o que verifico ainda hoje: que ainda resta dentro de mim - e é o que me mantém vivo, politicamente - a possibilidade de me indignar. Aquilo que hoje, neste País, talvez, seja material mais escasso. O grande drama da sociedade brasileira, hoje, é que ela está perdendo a sua capacidade de indignação. E se vim a esta tribuna hoje, ainda que movido por um grau de indignidade que, volto a dizer, é o melhor insumo para que possamos sobreviver, conviver no compromisso de natureza política.

De resto, Sr. Presidente, há uma segunda razão. Provavelmente, fora outra organização, eu não faria isso. Mas esta é a mais forte organização brasileira, e esta casa tem, sobretudo, que lutar com aqueles que são fortes. É daqueles dos quais se possa esperar resposta, e não tenho dúvida que a terei, não sei de que forma. É com estes que se justifica desempenhar uma luta, cobrar uma atitude e, afinal, discutir o rumo comum.

Por isso, Sr. Presidente, quero agradecer muito a esta Casa. Mesmo que eu fosse absolutamente insensível, a ponto de não me comover o sentimento, quero dizer que esta Casa me permitiu, hoje, oferecer, ainda que dentro de uma cesta, à minha família, aos meus filhos, aos meus netos uma demonstração de amizade que, afinal, é uma das mais belas coisas que pude obter na minha vida política.

Por tudo isso, e agradecendo a generosidade da Mesa, da Presidência, pela sua tolerância, termino agradecendo a todos os companheiros, não apenas pela paciência, pela participação mas, particularmente, pela sua generosidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

(Discurso proferido em 28.06.92 em sessão no Plenário do Senado Federal)